

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2024

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu art.º 1.º, prevê o funcionamento democrático dos órgãos executivos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais de natureza representativa, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei.

De acordo com o disposto no art.º 2.º daquele diploma, entende-se por oposição as atividades de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos Órgãos Executivos dos citados órgãos.

O art.º 3.º do Estatuto elenca os **titulares do direito de oposição** e, no que diz respeito às Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.

Para além destes titulares aqui citados, é também reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Nos termos do disposto no **art.º 10.º** do Estatuto, os órgãos executivos das Autarquias Locais **devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente** àquele a que se referam, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto. Este deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem e a pedido de qualquer dos titulares, poderá o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal.

Os direitos e garantias a que se refere o citado artigo do Estatuto, têm de se materializar no **direito à informação, no direito de consulta prévia** sobre as propostas dos respetivos orçamentos e grandes opções do plano, no **direito de participação** e no **direito de depor** (v.g. art.º 4.º, 5.º, 6.º e 8.º).

Referir ainda que conforme o disposto na alínea u), nº1, do art.º 35.º, do Anexo I, da lei 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é **competência do Presidente da Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação**. Já no que respeita aos órgãos do município, sobre esta matéria, e na supracitada Lei, existem ainda mais duas referências que importa aludir, por um lado e de acordo com a alínea yy), nº1 do art.º 33.º, **competete à Câmara Municipal, no âmbito das competências materiais dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição**, por

outro e nos termos do disposto na alínea h), n.º 2, do art.º 25.º **competem à Assembleia Municipal discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;**

Em Vila Velha de Ródão e no âmbito do mandato autárquico 2021-2025, o Partido Socialista é o partido representado na Câmara Municipal, pelo Presidente e por 3 Vereadores, e representado na Assembleia Municipal com 12 membros eleitos, a que acrescem 4 Presidentes de Junta.

Conforme dispõe o art. 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, **são titulares do direito de oposição:**

- ✓ A coligação “Novo Rumo – PPD/PSD.CDS-PP”, estando representados na **Câmara Municipal com 1 vereador** e na **Assembleia Municipal com 3 membros eleitos**.

Nestes termos, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da al. u) do n.º 1 do art.º 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, elencam-se, seguidamente e de forma genérica, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, durante o ano de 2024:

I – Direito à Informação (art.º 4º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No ano civil de 2024, os titulares do direito de oposição do Município de Vila Velha de Ródão foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, tanto de forma expressa como de forma verbal, da atividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do município.

No estrito cumprimento da lei, aos eleitos locais foram asseguradas:

- ✓ Informação escrita e detalhada acerca da atividade do município, bem como da informação referente à situação financeira do mesmo, a qual foi remetida, com os documentos da ordem do dia, a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- ✓ Em cumprimento do disposto na alínea x), do n.º 1, do art.º 35.º, do RJAL, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação foi remetida à Assembleia Municipal a minuta das atas e as atas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas;
- ✓ Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores;
- ✓ Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal;
- ✓ Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- ✓ Todas as modificações e alterações registadas ao nível das Grandes Opções do Plano e ao Orçamento 2024 foram remetidas, em tempo útil, à Câmara Municipal, permitindo dessa forma aos eleitos locais da oposição acompanhar de um modo mais pormenorizado os instrumentos financeiros ao dispor;

- ✓ Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, através de afixação de editais nos lugares de estilo e publicitados na página eletrónica do Município;
- ✓ Disponibilização das atas do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, após aprovação, no *site* do município;
- ✓ Envio à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza;
- ✓ Possibilidade de acesso às instalações municipais e de contacto com os respetivos trabalhadores, tendo em vista a obtenção das informações necessárias ao cabal exercício do seu direito;
- ✓ Publicitação, no *site* do Município, de todos os documentos previstos na lei, designadamente:
 - Orçamento e Grandes Opções do Plano;
 - Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão;
 - Dívidas de e a terceiros;
 - Mapa de Pessoal, suas alterações e respetivos anexos;
 - Estrutura orgânica dos serviços;
 - Regulamento e tabela de taxas municipais e restantes regulamentos municipais;
 - Tarifários de abastecimento de água, saneamento e RSU;
 - Taxas do IMI, Derrama, IRS e TMDP;
 - Procedimentos concursais.

A Câmara Municipal mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, em cumprimento do princípio pela transparência, no qual se incluem o Boletim Municipal, a página institucional do município na Internet e as páginas do *Facebook* e do *Instagram*, como elementos facilitadores do acompanhamento, fiscalização e crítica da atividade dos órgãos municipais.

II – Direito de Consulta Prévia (art.º 5º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No âmbito do direito de consulta prévia, foi cumprido com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, do Estatuto do Direito de Oposição, foram facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos na Assembleia Municipal, propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, resultando na sua aprovação dentro dos prazos legais, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para 2024.

Foram facultados, com a antecedência prevista na lei, e por correio eletrónico, os assuntos a tratar nas reuniões do Executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foram fornecidas cópias desses documentos, sempre que solicitadas, com recurso aos meios próprios da Autarquia.

III – Direito de Participação (art.º 6º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No âmbito do direito de participação o Presidente da Câmara e os Vereadores com funções atribuídas sempre providenciaram, atempadamente, ao envio de informações pertinentes e relevantes, aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal bem como os correspondentes convites para estarem presentes e/ou participarem nos atos, eventos e

atividades oficiais que, pela sua natureza, tal se justificou. As informações e convites respeitaram quer a acontecimentos promovidos pela Câmara Municipal, quer a outros em que o Município foi convidado a intervir. Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou membros da Assembleia Municipal.

O direito de participação foi, também, assegurado à Oposição, através da possibilidade de efetuar pronúncias e intervenções, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos, que foram tramitados nos termos legalmente previstos.

Foi igualmente garantido o uso da palavra à oposição nas sessões da Assembleia Municipal e nas reuniões da Câmara Municipal, quer no “período antes da ordem do dia”, quer no “período da ordem do dia”, conforme estabelecido nos respetivos regimentos das sessões/reuniões.

Foi ainda garantida a auscultação prévia dos membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal aquando da elaboração das atas das reuniões/ sessões e antes da respetiva aprovação.

Foram publicadas integralmente, por transcrição nas respetivas atas e respetivos resumos, todas as declarações de voto apresentadas nas reuniões/sessões.

IV – Direito de Depor (art.º 8º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

Uma vez que os eleitos acima referidos não intervieram em qualquer comissão, para efeitos do artigo 8º do Estatuto, não esteve o Executivo sujeito a qualquer obrigação neste domínio, pelo que não há nada a referir em relação ao exercício deste direito durante o período em apreço.

V – Resumo da Atividade dos Órgãos

1. Órgão Executivo

- 26 Reuniões Ordinárias e 1 Reunião Extraordinária, das quais 12 foram públicas.

2. Órgão Deliberativo

- 5 Sessões Ordinárias;
- 1 Sessão Extraordinária.

Conclusão

Apresentadas que foram as grandes linhas de atuação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, considera-se que foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, durante o ano de 2024, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição. Realçar ainda o facto do Município, em cumprimento do princípio da transparência, manter permanentemente atualizada a informação acerca da

gestão municipal no seu site, facilitando o acompanhamento/fiscalização da atividade desenvolvida por parte dos órgãos municipais.

Assim, e em cumprimento do n.º 2 do art.º 10.º, do Estatuto do Direito da Oposição e *al. u) do n.º 1 do art.º 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro*, determino que este relatório seja submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão e aos representantes dos partidos políticos, titulares do Direito de Oposição para efeitos do exercício do direito de pronúncia.

Determino ainda que, em cumprimento do estatuído na *alínea u), do nº1 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro*, após o exercício do referido direito de pronúncia pelos titulares do direito de oposição, o presente relatório seja publicitado na página da Internet do Município, em www.cm-vvrodao.pt.

Vila Velha de Ródão, 14 de março de 2025

O Presidente da Câmara Municipal